

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17248>

ARTIGO

A informalidade laboral na América Latina na era digital: Um olhar a partir dos países ibéricos

*Elísio Estanque**

*Víctor Fabián Climent Peredo***

Resumo

Considerando as relações históricas entre os países ibéricos e países latino-americanos, são analisados contrastes, tendências e assimetrias em diferentes escalas, buscando estimular o diálogo Norte-Sul. O artigo discute inicialmente poderes assimétricos, tensões e negociações dinâmicas em escala global, em especial no contexto da União Europeia. À luz das transformações recentes do capitalismo, é abordado o fenómeno da informalidade e da precarização laboral. Recorrendo a um registo mais prospetivo, são diagnosticados alguns dos desafios recentes trazidos pela inovação tecnológica e pela digitalização. Em seguida, a análise destaca conhecimentos produzidos em diversos centros de investigação sobre a reprodução do trabalho informal em meio à difusão de novas tecnologias. Para tanto, são priorizados estudos empíricos sobre o mercado de trabalho em três países da América Latina (Brasil, Argentina e Chile). Se o objetivo é fomentar o trabalho decente nos países latino-americanos, é preciso enfrentar as causas da informalidade e reduzir a vulnerabilidade das classes trabalhadoras, problemas estruturais que perduram na era digital. Nesse sentido, é essencial o esforço de compreender as mudanças que ocorrem no campo das relações de trabalho, num momento em que os governos nacionais se encontram numa encruzilhada diante dos impactos brutais da pandemia de Covid-19 e das incertezas a respeito da trajetória de suas economias nos próximos anos.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Informalidade – América Latina; Inovação tecnológica.

JEL: J21, J46, J80.

* Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6992-3397>

E-mail: elisio.estanque@gmail.com

** Universidad de Alicante (UA), Espanha.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8027-5909>

E-mail: v.climent@ua.es



Nota do Editor: Uma versão anterior do presente artigo foi publicada em língua inglesa (Estanque & Climent, 2021). Os autores agradecem os comentários e sugestões dos avaliadores anónimos.

Labor informality in Latin America in the digital age: A view from the Iberian countries

Abstract

Considering the historical relations between Iberian and Latin American countries, contrasts, trends, and asymmetries at different scales are analyzed, seeking to stimulate North-South dialogue. The article initially discusses asymmetric powers, tensions and dynamic negotiations on a global scale, particularly in the context of the European Union. In light of recent transformations of capitalism, the phenomenon of informality and labor precarization is addressed. Using a more prospective register, some of the recent challenges brought by technological innovation and digitalization are diagnosed. The analysis then highlights knowledge produced in various research centers on the reproduction of informal work amidst the diffusion of new technologies. To this end, empirical studies on the labor market in three Latin American countries (Brazil, Argentina and Chile) are prioritized. If the purpose is to foster decent work in Latin America, it is necessary to address the causes of informality and reduce the vulnerability of working classes, structural problems that persist in the digital age. In this sense, the effort to understand the changes taking place in the field of labor relations is essential, at a time when national governments find themselves at a crossroads in the face of the brutal impacts of the Covid-19 pandemic and of the uncertainties about the trajectory of their economies in the coming years.

Keywords: Labor market; Informality – Latin America; Technological innovation.

La informalidad laboral en América Latina en la era digital: Una mirada desde los países ibéricos

Resumen

Considerando las relaciones históricas entre países ibéricos y latinoamericanos, se analizan contrastes, tendencias y asimetrías a diferentes escalas, buscando estimular el diálogo Norte-Sur. Inicialmente, el artículo analiza los poderes asimétricos, las tensiones y las negociaciones dinámicas a escala global, en particular en el contexto de la Unión Europea. A la luz de las recientes transformaciones del capitalismo, se aborda el fenómeno de la informalidad y la precarización laboral. A partir de un registro más prospectivo, se diagnostican algunos de los retos recientes que han traído consigo la innovación tecnológica y la digitalización. A continuación, el análisis destaca los conocimientos producidos en diversos centros de investigación sobre la reproducción del trabajo informal en medio de la difusión de las nuevas tecnologías. Se priorizan los estudios empíricos sobre el mercado de trabajo en tres países latinoamericanos (Brasil, Argentina y Chile). Si el objetivo es promover el trabajo decente en los países latinoamericanos, es necesario abordar las causas de la informalidad y reducir la vulnerabilidad de las clases trabajadoras, problemas estructurales que persisten en la era digital. En este sentido, el esfuerzo por comprender los cambios que se están produciendo en el ámbito de las relaciones laborales es esencial, en un momento en el que los gobiernos nacionales se encuentran en una encrucijada ante los brutales impactos de la pandemia del Covid-19 y las incertidumbres sobre la trayectoria de sus economías en los próximos años.

Palabras clave: Mercado laboral; Informalidad – América Latina; Innovación tecnológica.

L'informalité du travail en Amérique latine à l'ère numérique: Regard sur les pays ibériques

Résumé

En considérant les relations historiques entre les pays ibériques et latino-américains, les contrastes, les tendances et les asymétries à différentes échelles sont analysés, cherchant à stimuler le dialogue Nord-Sud. L'article aborde d'abord les pouvoirs asymétriques, les tensions et les négociations dynamiques à l'échelle mondiale, en particulier dans le contexte de l'Union européenne. À la lumière des récentes transformations du capitalisme, le phénomène de l'informalité et de la précarisation du travail est abordé. Dans un registre plus prospectif, certains des défis récents posés par l'innovation technologique et la numérisation sont diagnostiqués. L'analyse met ensuite en lumière les connaissances produites dans divers centres de recherche sur la reproduction du travail informel dans le contexte de la diffusion des nouvelles technologies. Les études empiriques sur le marché du travail dans trois pays d'Amérique latine (Brésil, Argentine et Chili) sont privilégiées. Si l'objectif est de promouvoir le travail décent dans les pays d'Amérique latine, il est nécessaire de s'attaquer aux causes de l'informalité et de réduire la vulnérabilité des classes laborieuses, des problèmes structurels qui persistent à l'ère numérique. En ce sens, l'effort de compréhension des changements qui se produisent dans le domaine des relations de travail est essentiel, à un moment où les gouvernements nationaux se trouvent à la croisée des chemins face aux impacts brutaux de la pandémie de Covid-19 et aux incertitudes quant à la trajectoire de leurs économies dans les années à venir.

Mots-clés: Marché du travail; Informalité – Amérique latine; Innovation technologique.

Introdução

Este artigo apresenta uma abordagem do trabalho informal na era digital, procurando discutir a complexidade do fenómeno a partir de um estudo desenvolvido no âmbito de uma rede de pesquisa (LATWORK) envolvendo os países ibéricos (Espanha e Portugal) e três países da América do Sul (Brasil, Argentina e Chile).¹ É justamente a partir do diálogo Norte-Sul, e particularmente considerando as relações históricas entre esses países europeus e a América Latina, que importa analisar tendências, contrastes e assimetrias em diferentes escalas de análise. À luz das transformações recentes do capitalismo, pretende-se abordar, por um lado, o fenómeno da informalidade/precarização laboral e, por outro, recorrendo a um registo mais prospetivo, diagnosticar alguns dos desafios recentes da modernização da indústria baseada na inovação científico-tecnológica. Nesse sentido, desenvolvemos a hipótese de que uma cooperação mais estreita entre centros de investigação universitários e agentes do mercado de trabalho (instituições públicas, empresas, sindicatos etc.) pode contribuir para combater a informalidade e inculcar direitos laborais em benefício dos trabalhadores e da coesão social.

A rede transcontinental desenvolvida no âmbito do projeto LATWORK tira partido da natureza interdisciplinar da equipa, bem como da riqueza e pluralidade de experiências incorporadas por um vasto conjunto de especialistas. Este surge como um interessante capital de conhecimento a ser valorizado por meio da divulgação de resultados e outputs das ciências sociais dentro/para a comunidade académica desses países. A nossa análise engloba o conhecimento sociológico desenvolvido pelas diversas equipas de investigação na área do trabalho, nomeadamente sobre a informalidade e a inovação tecnológica. Além disso, o projeto procura conjugar a sua dimensão analítica com uma mais centrada na intervenção e, portanto, pragmática. O objetivo é fomentar o trabalho decente, particularmente nos países latino-americanos em estudo, onde, como se sabe, o flagelo da informalidade e da vulnerabilidade das classes trabalhadoras é uma característica estruturante que perdura desde a herança colonial até os primórdios da industrialização periférica. Assim, o espírito do nosso estudo reside no esforço de compreender as mudanças que ocorrem no campo das relações laborais num momento em que o capitalismo global se encontra numa encruzilhada face aos impactos brutais da pandemia de Covid-19.

¹ O projeto LATWORK – *Desenvolvendo Pesquisa e Capacidade de Inovação nas IES da América Latina, visando a análise do Mercado de Trabalho Informal* – foi financiado pelo programa Erasmus+ (Comissão Europeia), com a participação de três instituições europeias (Espanha: Universidad de Alicante; Portugal: Universidade de Coimbra; Escócia: University of Aberdeen) e nove instituições latino-americanas (Argentina: Universidad Nacional de Rosario, Universidad Nacional del Litoral e Universidad de Buenos Aires; Chile: Universidad Viña del Mar, Universidad Magalhães e Universidad de San Sebastian; Brasil: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual de Campinas).

1. Tendências do mercado de trabalho em escala global

O trabalho sempre foi uma atividade decisiva para a evolução das sociedades humanas. Com ela, a inovação técnica, por um lado, e a inovação social, por outro, constituem duas variáveis centrais e indissociáveis na análise do processo histórico. Ao recusar o “determinismo” tecnológico e sua “neutralidade”, a sociologia sempre postulou que acima da tecnologia – e mesmo da ciência – está a sociedade, seus poderes e instituições. Assim, o “mercado de trabalho” é fruto da modernidade capitalista, mas o trabalho vai muito além das dimensões econômica e produtiva. A precariedade e o trabalho informal aumentaram em todo o mundo. Na América Latina, esse tem sido um problema estrutural associado à pobreza e ao subdesenvolvimento. Nos últimos tempos, a precariedade e a informalidade expandiram-se junto com o crescimento da digitalização e do teletrabalho (em particular, como resultado do impacto da pandemia de Covid-19). Diante do impacto avassalador da pandemia nas relações de trabalho, é mais provável que o ritmo, nas últimas décadas, das atuais mudanças no mundo se acelere, ou seja, as tendências de precarização, segmentação e trabalho informal que já existiam desde o início do século estão a ganhar força sob o bloqueio das nossas economias.

A superação das barreiras criadas pela condição periférica de que a economia portuguesa tem vindo a sofrer aumentou as assimetrias da “geometria variável” no contexto da União Europeia (UE). A prevalência de “leis” obrigatórias do mercado global no quadro neoliberal tornou-se a ferramenta determinante das interconexões e relações de poder tanto na escala global quanto na europeia. Desde a crise financeira de 2008, essas “leis” têm sido impostas pelo centro poderoso (Alemanha, França, Países do Norte, etc.) às frágeis economias periféricas (dos chamados “PIGS” – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha). Agora que estão em jogo opções estruturais na Europa, muitas alternativas serão discutidas no âmbito laboral, sobretudo tendo em conta a rápida expansão do trabalho online em contexto de pandemia, bem como os novos programas de recuperação econômica aprovados pelo Conselho Europeu. Estas tendências justificam a necessidade de repensar o papel do emprego informal, e as suas várias formas e interligações com os processos migratórios e a força ou fraqueza de cada economia nacional em particular.

Sem dúvida, esses aspetos precisam ser repensados à luz das tendências atuais, dado o impacto brutal da Pandemia de Covid-19. Sabemos que a promessa do modelo social europeu foi cerceada, nas últimas quatro décadas, pela hegemonia mercantilista do neoliberalismo, que a UE não conseguiu contrariar, dada a sua flagrante inconsistência e contradições internas. Além da evidente diversidade – cultural, histórica, econômica, social e até política –, o longo processo de construção de um modelo federal para a Europa foi comprometido desde o início pela estreita dependência que mantém com os EUA desde o pós-Período da Segunda Guerra Mundial. As múltiplas perplexidades que atravessaram o projeto

européu desde então, incluindo as evidentes divisões sociais entre Norte e Sul, as várias crises económicas e agora a crise pandémica que abalou o mundo, terão de ser pontos de partida para aprofundar a nossa reflexão e conhecimento sobre os desafios futuros a serem enfrentados. Recorde-se a esse respeito que o Reino Unido, que acaba de sair da UE (Brexit), foi o principal inspirador, com Tony Blair, da chamada “terceira via” que – com a ajuda de Margaret Thatcher e Ronald Regan – abriu caminho para a hegemonia do paradigma neoliberal.

Para avançarmos no nosso estudo, é importante projetar a análise sobre as estruturas mais gerais da sociedade subjacentes ao processo de consolidação do capitalismo moderno. Para isso, precisamos de considerar as relações Norte-Sul. Vale a pena lembrar, desde o início, a teoria do sistema-mundo inspirada em Immanuel Wallerstein. Segundo ele, a assimetria de poder entre o centro e as periferias e suas interconexões devem substituir a velha teoria do desenvolvimento económico, amplamente criticada pelo seu enquadramento racionalista e premissas rígidas de linguagem económica (Schumpeter, 2012[1911]). Se, no início do século XX, a força do capitalismo ocidental emergiu, sem remorsos, no quadro de um imperialismo triunfante indiferente aos destroços do colonialismo, a abordagem de Wallerstein (1974; 1980), pelo contrário, não só deu visibilidade à complexidade multipolar no plano político, mas também destacou o papel da economia e da divisão internacional do trabalho como os principais eixos estruturais do sistema-mundo.

Podemos reconhecer que a história da Europa foi feita à custa de impérios que impuseram um modelo de futuro às suas colónias. Mas a assimetria Norte-Sul é hoje, sobretudo, uma metáfora que visa denunciar o pós-colonialismo e as hegemonias ali enraizadas. Uma leitura crítica desse legado, porém, não precisa substituir, em pleno século XXI, uma “Europa a ensinar o mundo” por um “mundo a ensinar a Europa”. E se, mesmo na Europa geográfica, apenas as periferias do Norte (países nórdicos, Reino Unido, etc.) se aproximaram do Centro enquanto as do Sul (Portugal, Grécia, etc.) continuam remotas, os desafios presentes não exigem a reversão dos termos do passado. Assim, segundo a afirmação do teórico mais destacado do pós-colonialismo, “mais do que inverter o ensino, precisamos de uma aprendizagem mútua” (Santos, 2018; 2020; 2021). Tais processos se arrastaram ao longo da história da lógica numa lógica de “acumulação primitiva”. É certo que, na escala mundial, o capitalismo desenvolveu-se ao longo de formas de dominação e transferência de recursos entre a periferia e os países centrais. Desde Karl Marx, o papel do “*Landnahme*” significa a necessidade de expansão do capitalismo através da incorporação de territórios não capitalistas. De acordo com o pensamento marxista (Dörre, 2019, p. 24, tradução livre):

A característica essencial desse desenvolvimento foi o fortalecimento da propriedade capitalista e das relações de classe, e por isso ele considera a expropriação da população rural como uma pré-condição fundamental para

o surgimento de um novo tipo de produtor: um trabalhador assalariado que é “livre em um duplo sentido”, sem apegos a terras ou guildas.

Por outro lado, movimentos sociais que emergem a partir de baixo podem facilmente evoluir de uma meta anticapitalista para outras expressões de revoltas inorgânicas: “lutas de classes sem classe” têm andado lado a lado com lutas radicais do “novo precariado”, trazendo novos fenômenos que desafiam os cientistas sociais a mapear a complexidade do mundo do trabalho no século XXI (Antunes, 2018; Braga, 2019; Dörre, 2019; Estanque, 2015; Estanque et al., 2020; Huws, Spencer, & Coates, 2019; Standing, 2011; Thompson, 1978).

2. América Latina: geografias de complexidade

Qualquer reflexão sobre o mercado de trabalho latino-americano terá que começar por situar o processo histórico de integração dessas economias no sistema económico capitalista global. Se o trabalho assalariado é essencialmente típico das sociedades industriais, é preciso ter em mente todas as assimetrias e anacronismos interligados com a expansão capitalista nos últimos três séculos para compreender as complexidades inerentes a um continente como a América do Sul. É certo que a transição das sociedades pré-industriais para uma economia capitalista implicou o deslocamento das atividades produtivas da esfera doméstica para o espaço industrial. Este processo foi acompanhado por uma readaptação progressiva da divisão de tarefas que se sobrepõe a combinações, misturas e demarcações tanto fora como dentro do próprio contexto produtivo. Juntamente com essa divisão entre trabalho e não-trabalho (lazer e “tempo livre”), deu origem a áreas e setores caracterizados pela informalidade, especialmente nas regiões mais pobres, onde as populações lutam principalmente para escapar da miséria e da privação. É oportuno adicionar uma citação de Peter Stalker (1986, December, p. 8, tradução livre):

O trabalho neste caso não é tanto o que dá sentido à vida, mas o que torna a vida possível: um meio de colher algo, por menor que seja, de um ambiente hostil. Não tem começo nem fim. Trabalhar e comer e dormir e cuidar dos filhos e tudo mais se misturam em um todo orgânico.

2.1. CEPAL e desigualdades estruturais

Foi nesse sentido que os economistas da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) conceberam o processo de desenvolvimento das economias sul-americanas como uma extensão das economias centrais, o que teve como consequência condenar os seus povos à miséria devido à deterioração dos termos das trocas comerciais.

Maria da Conceição Tavares é uma economista portuguesa que se dedicou ao estudo dos problemas da industrialização e do desenvolvimento no Brasil e na América Latina. Ela fornece uma síntese interessante dos obstáculos e projetos de industrialização ao longo de mais de cem anos.

De modo geral, o desenvolvimento do setor exportador deu lugar a um processo de urbanização mais ou menos intenso ao longo do qual se iam estabelecendo as chamadas indústrias de bens de consumo interno tais como as de tecido, calçado, vestuário, móveis etc. Estas, como se sabe, são indústrias tradicionais, de baixo nível de produtividade, presentes em quase toda a América Latina, que surgiram no bojo do próprio modelo exportador. (Tavares, 2019, p. 62).

Como se pode facilmente perceber, tal realidade social expressava a condição de subordinação e vulnerabilidade, especialmente no caso de trabalhadores e famílias ainda vinculados ao mundo rural. Os fortes fluxos de migrações internas (e externas) ajudaram a transpor essa lógica para as periferias das principais metrópoles, onde a sociabilidade primária se dá em condições de miséria e desenraizamento, propícias à informalidade e ao crescimento da pobreza. Os enormes fluxos migratórios vindos da Europa no final do século XIX e início do século XX contribuíram decisivamente para dinamizar o mercado capitalista e aumentar a emergente força de trabalho industrial (especialmente no caso brasileiro, no Rio de Janeiro e em São Paulo). Não só nesse período, mas também no pós-Segunda Guerra Mundial, as exportações e o mercado interno de bens industriais ganharam um novo fôlego. É nesse sentido que alguns autores consideram que as duas guerras mundiais contribuíram para a industrialização brasileira (Cardoso, 1960).

Em linha com as diretrizes da CEPAL, é importante destacar o papel do Estado (Rodríguez, 2006). Fica claro que, nesse contexto, o Estado ainda carrega o legado histórico do colonialismo em que, tanto no período colonial quanto depois, é evidente a presença do trabalho escravo e a espoliação dos recursos naturais. Esses traços eram o corolário de elites estruturantes vinculadas às potências hegemônicas e com pouca (ou nula) capacidade patriótica em relação à modernização industrial. Por outras palavras, o poder sistêmico do capitalismo internacional, mesmo após o fim (oficial) do colonialismo, continuou a impor seu domínio. Ao mesmo tempo, a coerção político-militar manteve-se atenta e pronta para agir sempre que os interesses nacionais parecessem opor-se aos interesses das economias dominantes. Além disso, Brasil, Argentina e Chile são bons exemplos de um legado histórico que ilustrou, em diferentes épocas, como o imperialismo atua para promover golpes militares sempre que as liberdades democráticas e as forças populares mostram capacidade de resistir às elites corrompidas.

Aqui exploramos o caso brasileiro em particular. Nesse país, a industrialização começou na década de 1930, num momento histórico em que a intervenção do Estado rompeu com o modelo anterior e buscou impor novas regras, estabelecer políticas cambiais favoráveis à importação de máquinas, defender a renda nacional, estimular o mercado interno. Segundo economistas da CEPAL, foi então que as perspectivas de sucesso na modernização económica se abriram e provaram que o sucesso do desenvolvimento industrial deveria ser alcançado em oposição aos dois pilares centrais da teoria económica: a teoria das vantagens comparativas e o liberalismo económico (Furtado, 1968; Rodríguez, 1977).

A partir da crise da dívida externa, no início da década de 1980, o cenário latino-americano mudou completamente e a perspectiva de desenvolvimento económico promovido pelo Estado foi abandonada. Em meio à globalização económica e à ascensão da doutrina neoliberal, a CEPAL procurou renovar seu discurso e adotou um enfoque “neoestruturalista”.

Em documentos de mesma origem publicados no século atual parece se configurar um empenho por reintegrar diversos aspectos dos fundamentos do estruturalismo, no concernente à interpretação do desenvolvimento a longo prazo e das estratégias destinadas a impulsioná-lo [...] também se parte do reconhecimento de uma disparidade tecnológica entre centro e periferia. Sobre essa base, justifica-se com plenitude a necessidade de empreender as chamadas “políticas de transformação produtiva”, com apoio na incorporação de progresso técnico, mas no marco de uma “estratégia mista”, que considere proporções adequadas entre a produção para exportação e a que se destina ao mercado interno. Além disso, nesse tipo de estratégia subjaz outra percepção tradicional do estruturalismo: a necessidade de uma incorporação contínua de mão de obra com produtividade em alta, ao mesmo tempo geradora de excedentes (que favorecem a acumulação) e de ampliações sucessivas do mercado interno (que favorecem a realização da produção a ele destinada). (Rodríguez, 2006, p. 506).

Desde 2010, a agenda de desenvolvimento proposta pela CEPAL buscou promover uma mudança estrutural para a igualdade. Tal agenda propõe a articulação de três tipos de eficiência (CEPAL, 2012): a nível microeconómico, a nível macroeconómico e na dimensão da sustentabilidade. A “eficiência schumpeteriana” centra-se em processos de produtividade e inovação tecnológica. A “eficiência keynesiana” refere-se às componentes que impulsionam o crescimento económico (procura interna e internacional), privilegiando a redução do desemprego (e da subutilização do trabalho) e o aumento dos salários sem pressões inflacionistas. A “eficiência ambiental” busca padrões de produção e consumo mais sustentáveis. Acrescenta-se que essas três eficiências são interdependentes e reforçam-se mutuamente em simultâneo.

Além disso, trata-se de uma visão integrada do desenvolvimento, que exige a combinação de quatro tipos de políticas públicas: macroeconômicas, industriais, sociais e ambientais. E no centro desta agenda está a luta contra as desigualdades econômicas e sociais.²

2.2. Empregos informais na era digital na América Latina

No Brasil, as leis que regulamentam o mercado de trabalho (a Consolidação das Leis do Trabalho é de 1943) e o grau de intervenção do Estado na economia tornaram-se um assunto polêmico no debate acadêmico. Para alguns especialistas brasileiros, a legislação laboral deveria ter sido alterada na década de 1990, pois era preciso “redefinir as regras e normas que regem a relação de trabalho para dar liberdade de ação às empresas”. Outros autores foram abertamente contra a “interferência pública para melhorar o desempenho da economia e a promoção do emprego e dos rendimentos”, destacando sobretudo os “problemas de adaptação das empresas à intensificação da concorrência internacional”, uma vez que aquelas leis não asseguravam capacidade de ação. Mudanças na organização da produção num período de fraco crescimento econômico aumentaram o desemprego, os contratos de trabalho ilegais, e as eventuais mudanças no quadro institucional só agravaram a precarização do trabalho (Krein, Santos, & Nunes, 2011). Pode dizer-se que a estrutura social brasileira se renovou nesse período, mas essa renovação tem, em essência, preservado a flexibilidade do mercado de trabalho e a vulnerabilidade do trabalhador. Nos anos 2000, a expansão do trabalho assalariado com carteira assinada foi expressiva (para cada dez empregos de baixa remuneração, sete eram empregos formais e para cada vaga aberta no mercado de trabalho informal, três outros empregos formais foram criados). Além disso, a taxa de rotatividade (em torno de 37% do emprego formal em 2009) aumentou expressivamente, especialmente para os empregos de menor remuneração (85,3% para a categoria de até 2,5 salários mínimos),³ sendo maior para as camadas mais jovens, menos educadas, além do vasto contingente de trabalhadoras domésticas, em relação ao qual o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo (ILO, 2013).

De facto, a recomposição da pirâmide de estratificação não alterou a natureza instável, flexível e precária do trabalho assalariado no Brasil. O país passou por uma profunda conversão produtiva e social, em busca de um projeto de desenvolvimento ainda cercado de incertezas. Por esta razão, o resultado desta tendência é duvidoso. Como se confirmou após a queda de Dilma Rousseff e a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, o neoliberalismo fortaleceu-se (e a democracia enfraqueceu). Apesar do aumento e do inegável avanço na

² Sobre a relação entre informalidade e desigualdade, ver o estudo de cinco experiências nacionais coordenado por Amarante e Arim (2015). Para uma síntese sobre as dificuldades de adoção da agenda cepalina no Brasil, ver o artigo de Mattos, Hallak Neto e Proni (2021).

³ É importante mencionar que o salário mínimo no Brasil passou de US\$ 41,00 em 1970 (equivalente) para US\$ 113,00 em 1990 e US\$ 242,00 em 2009. Em 2013, havia se elevado para US\$ 308,00.

criação de empregos (formais), como mencionado acima, as características estruturais da classe trabalhadora brasileira somam-se a noções atuais – que na Europa eram consideradas ultrapassadas e anacrônicas até poucos anos atrás – como novo proletariado, subproletariado ou proletariado subordinado. Apesar da discrepância entre “o nome e a coisa”,⁴ no que diz respeito à noção de “proletariado”, segundo André Singer (2009), o subproletariado corresponde a uma camada social que ainda se situa à margem do sistema capitalista de produção e, portanto, é colocado “abaixo” da classe trabalhadora formal.

Alguns relatórios internacionais recentes tentaram apontar tendências para as próximas décadas relativamente ao futuro do trabalho e aos impactos da inovação tecnológica nos países latino-americanos. Um desses estudos (World Economic Forum [WEF], 2016) refere alguns dos principais “motores da mudança”: os segmentos emergentes da classe média, mudança na natureza do trabalho, processamento de *big data*, políticas de gestão na compreensão das mudanças disruptivas, alinhamento com a inovação, etc. Como “estratégias recomendadas” o relatório sugere: investimento na reciclagem de trabalhadores (59% de impacto), apoio à mobilidade e rotatividade de funcionários (52%), foco em talentos femininos (28%), colaboração com instituições de ensino (28%) e atração de talentos estrangeiros (28%) (ver também Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico [OCDE] et al., 2019).

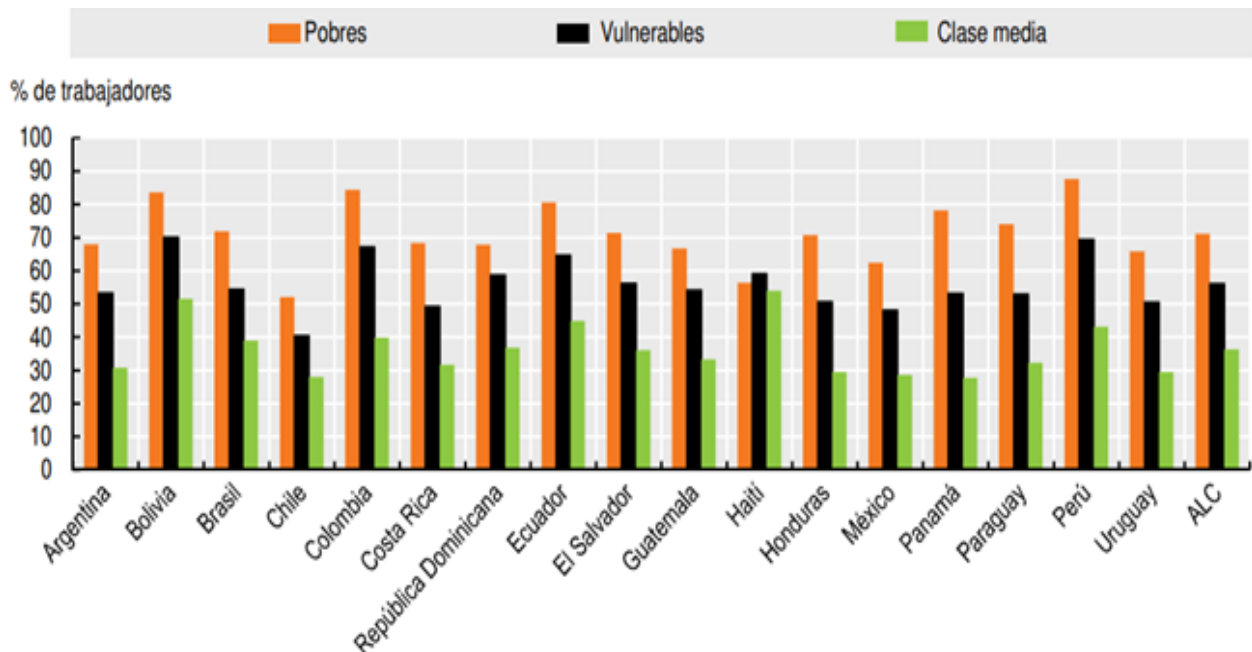
Outros estudos (p. ex. Plastimo, Zuppolini, & Govi, 2018) apresentam perspectivas interessantes para os países latino-americanos e destacam o uso crescente de *big data analytics* por muitas empresas que procuram seguir a tendência internacional de substituição de tarefas de rotina. Essas são as expectativas para garantir um crescimento médio substancial até o ano de 2035, o que acelerará os ganhos de produtividade e trará prosperidade para toda a região, com base em tecnologias digitais. As altas taxas de emprego informal na AL são bem conhecidas. De acordo com os relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em toda a América Latina, em 2010, o volume de trabalhadores não rurais em ocupações informais era de 48% e foi ligeiramente reduzido para 46,8% em 2015. Neste ponto, é importante lembrar o período 2003-2015 (dos governos petistas no Brasil), período em que todos os indicadores sociais foram melhorados. No entanto, persiste o velho problema do círculo vicioso entre pobreza, informalidade, baixa qualificação e baixa produtividade, e isso significa, mais uma vez, a necessidade de um forte investimento na requalificação dos trabalhadores. Diversas bases de dados (OCDE, OIT, etc.) sugerem que para cada novo emprego formal, três correm o risco de serem suprimidos pela digitalização/automação nos próximos dez anos. Nesse sentido, a enorme presença de ocupações informais é, obviamente, reflexo dos níveis de pobreza, salários muito baixos e falta de proteção social. A correspondência entre os níveis de qualificação dos trabalhadores e as tarefas complexas e o

⁴ Para recordar o título do conhecido livro de Manuel Villaverde Cabral (1983).

conhecimento do trabalho do futuro serão decisivos. Espera-se que as ocupações altamente qualificadas se expandam principalmente no setor de emprego formal, mas o mesmo relatório assume a relação direta entre a supressão de tarefas de rotina e a probabilidade de estas serem substituídas por equipamentos automáticos.

O método utilizado permitiu segmentar o tempo de trabalho dedicado a tarefas de rotina, concluindo que no conjunto da América Latina cerca de 43% dos trabalhadores despendem um nível médio de tempo em tarefas desta natureza (entre 25% e 75%) e cerca de 25% dos trabalhadores realizam atividades com 75% ou mais das tarefas rotineiras. Ao mesmo tempo, como observado acima, quanto maior o impacto da automação na destruição de empregos tradicionais, mais a informalidade no emprego tende a crescer. Outro relatório mais recente (OCDE et al., 2019) aponta em direção semelhante. O fenômeno da informalidade costuma estar associado à vulnerabilidade e precariedade, mas as desigualdades e assimetrias sociais precedentes tendem a estimular a sua própria reprodução em outros parâmetros que, por sua vez, as reproduzem no tempo e no espaço (Antunes, 2018).

Gráfico 1. Informalidade laboral por grupo socioeconómico em países selecionados da América Latina (2014 ou último ano disponível)



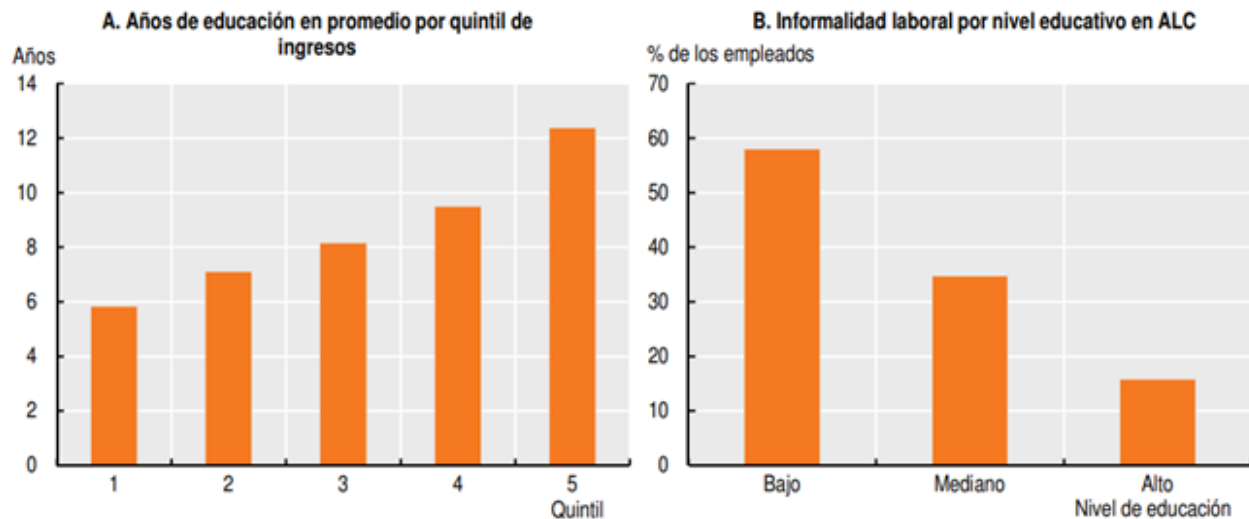
Fonte: CEDLAS & World Bank (2018). Extraído de OCDE et al. *Perspectivas Económicas de América Latina 2019*, p. 116.

Notas: Definição legal de informalidade: ocupações nas quais os trabalhadores não têm direito a pensão, seguro de saúde e proteção social, não possuem contrato de trabalho registrado nem os direitos trabalhistas garantidos por legislação.

É assim na reprodução geracional da pobreza e da exclusão e na persistência dos empregos informais e precários. Conforme mostrado no Gráfico 1, trabalhadores pobres têm

maiores taxas de informalidade, em quase todos os países latino-americanos. Nesse critério, as diferenças entre os países do LATWORK são pequenas, mas há uma situação menos pronunciada no caso do Chile em relação ao Brasil e à Argentina. O cenário mais sugestivo nesse sentido está representado no Gráfico 2, onde a correlação entre informalidade, rendimentos e níveis de escolaridade não poderia ser mais marcante.

Gráfico 2. Vínculo entre educação, rendimento e informalidade laboral na América Latina



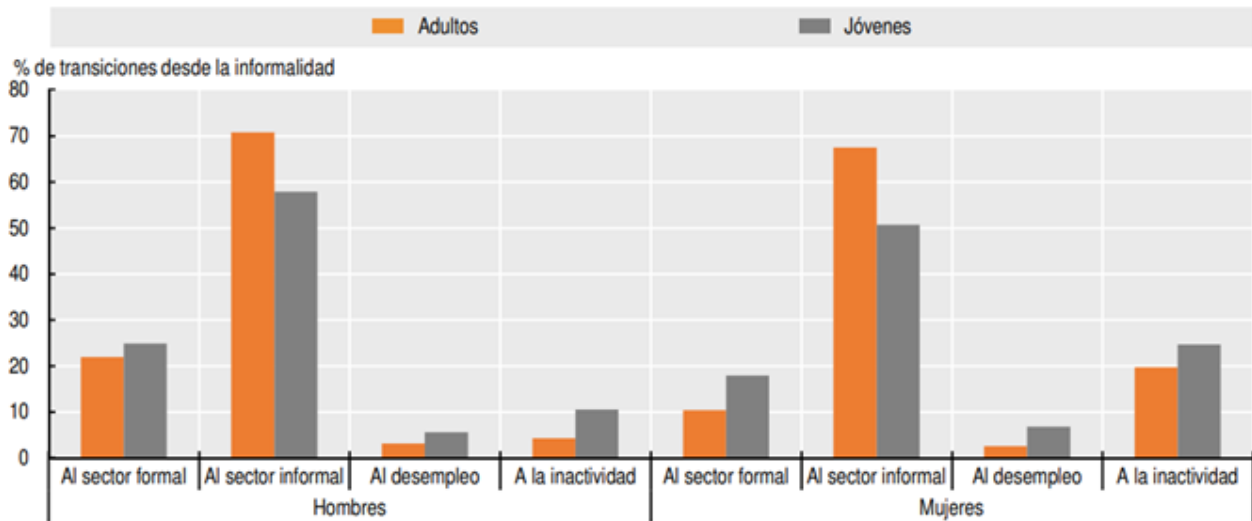
Fonte: CEDLAS & World Bank (2018). Extraído de OCDE et al. *Perspectivas Económicas de América Latina 2019*, p. 118.

O fenómeno da informalidade está, sem dúvida, associado à vulnerabilidade e à precariedade. Desigualdades sociais estruturais e assimetrias favorecem a sua recorrência em vários parâmetros ao longo do tempo e do espaço. É assim na reprodução geracional da pobreza e da exclusão, bem como em relação à informalidade. Por outro lado, os dados fornecidos também mostram como o nível de escolaridade alcançado interfere diretamente tanto nos rendimentos quanto no emprego informal/formal. Isso significa que o aumento das taxas de sucesso educacional e a progressão dos estratos mais jovens para os níveis de ensino superior é um importante mecanismo de combate à informalidade e ao emprego precário.

Por fim, o Gráfico 3 (referente aos fluxos com origem na informalidade) representa os fluxos anuais de trabalhadores que transitam de um trabalho informal para uma ocupação no setor formal, uma ocupação no setor informal, para o desemprego ou para a inatividade, considerando o conjunto de quatro países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile e México. Podemos observar a força reprodutiva da informalidade nesses quatro países. No entanto, apesar disso, é possível identificar um ténue sinal de esperança. Por um lado, os jovens apresentam um volume ligeiramente inferior ao dos estratos mais velhos que saem da

informalidade e regressam a uma nova ocupação informal (em comparação com os adultos); e, por outro lado, há uma entrada no setor formal um pouco maior do que outras camadas mais velhas, ainda mais visível entre as mulheres, segmento que, como sabemos, geralmente é mais atingido pela informalidade e pela precariedade.

Gráfico 3. Transições anuais a partir da informalidade no mercado de trabalho na América Latina



Fonte: CEDLAS & World Bank (2018). Extraído de OCDE et al. *Perspectivas Económicas de América Latina 2019*, p. 117.

Nota: O gráfico mostra as médias para Argentina, Brasil, Chile e México das taxas anuais de transição desde trabalhos informais para o período 2005-2015. As taxas de transição são calculadas como a razão entre o fluxo de pessoas que se deslocaram da Condição 1 para a Condição 2 entre o tempo 0 e o tempo 1, sobre o stock total de pessoas da população na Condição 1 no tempo 0 (ou seja, de emprego informal para emprego formal). As transições são de ano para ano (do ano t para o ano t+1). Esta análise é limitada a populações urbanas devido a limitações de disponibilidade de dados. Os dados para a Argentina são representativos de centros urbanos com mais de 100 mil habitantes.

A mobilização de empresas, instituições e sindicatos de cada região para ajudar os trabalhadores a desenvolver novas competências parece ser uma prioridade. Tornar esses segmentos da força de trabalho capazes de assumir empregos reconfigurados, ou mesmo migrar para novos empregos na economia formal, surge como uma necessidade primordial para evitar efeitos mais desastrosos para os trabalhadores não qualificados. Outros projetos com foco na juventude e nas transições do sistema educacional para o mercado de trabalho (nomeadamente em países como o Brasil) também mostram como diferentes variáveis devem ser consideradas nas trajetórias dos jovens atingidos pelo flagelo da informalidade (Guimarães, Marteleto, & Brito, 2018).

Diferentes faixas etárias, mas também diferenças entre níveis de educação superior e inferior são variáveis importantes. A “afinação” de estudos futuros exige uma combinação do conceito de “trabalho informal” com fatores como gênero, origem social, raça e região de origem. Não há trajetórias lineares em que o ensino superior tenha sido concluído

antes de entrar no mercado de trabalho, especialmente em jovens de classe média baixa ou classe trabalhadora. Existem forças muito distintas que interferem no destino de milhões desses jovens em busca de uma perspectiva de trabalho decente. Esse é o exemplo dos jovens adultos, que apresentam maior capacidade de competir por melhores posições no mercado de trabalho, principalmente quando as oportunidades de emprego formal se expandem rapidamente, como ocorreu no período do referido estudo (2000 a 2013).

No entanto, os contratos formais de trabalho são muito mais frequentes entre os jovens com maiores rendimentos do que entre os com menores rendimentos, o que aponta para a diversidade no que diz respeito à qualidade da ocupação a que se acede. Na transição para o ensino superior, a desigualdade de classe é crucial. Entre os jovens de menor nível socioeconómico, torna-se imperativa a necessidade de conciliar trabalho e estudo como estratégia para garantir a progressão educacional (Brito, 2014). A forma como se opera a transição entre a escola e o mundo do trabalho faz parte de ciclos e trajetórias de vida – trajetórias pessoais e de classe – que espelham linhas de segmentação e divisões de classe e remontam às origens familiares.

De acordo com um estudo elaborado em conjunto por CEPAL e OIT (2019), a inclusão das novas tecnologias em diferentes ramos de atividades também impactou nas relações laborais na América Latina e nas Caraíbas. As novas formas de emprego que emergiram nesse processo incluem figuras como os trabalhadores remotos, especialmente os chamados “diaristas digitais”, e aqueles que se situam na fronteira entre o trabalho assalariado e o trabalho independente, muitas vezes com altos níveis de informalidade. Estas dinâmicas estão a ter um impacto no quadro regulamentar das políticas laborais no actual contexto da heterogeneidade estrutural tanto na esfera da produção como na dos mercados de trabalho que historicamente caracterizam as economias latino-americanas.

Apesar do efeito inovador das novas tecnologias, as novas formas de trabalho têm paralelos históricos que oferecem matéria para reflexão no contexto do centenário da OIT em 2019. Os trabalhadores diaristas digitais partilham muitas características com os trabalhadores diaristas típicos, embora a passagem dos tradicionais “entregadores” para plataformas de intermediação digital implique mudanças na escala, nas formas de supervisão e no potencial impacto na distribuição dos rendimentos. Do mesmo modo, alguns dos actuais trabalhadores domiciliários partilham muitas características com os trabalhadores domiciliários tradicionais da indústria transformadora nos mercados de trabalho urbanos da região desde o início do século XX e nas zonas rurais desde a segunda metade do século XIX. As relações laborais clássicas entre um empregador e um trabalhador assalariado com um

contrato de trabalho a tempo inteiro e sem termo, embora consideradas uma expressão de modernidade durante a segunda metade do século XX, nunca foram a única figura, nem sequer a figura maioritária, numa região que se tem caracterizado por um peso significativo da informalidade (referida desde os anos 1970 com o conceito de “sector informal urbano”). Neste capítulo serão identificadas tanto as continuidades como as mudanças na organização do trabalho e nas relações laborais. (CEPAL & OIT, 2019, p. 19, tradução livre).

3. Operacionalizando a complexidade geográfica da informalidade por meio de um estudo transnacional

O esforço para fornecer um sistema de informação sobre o setor da economia informal e o trabalho informal surge da necessidade de abordar a discussão e o debate sobre a informalidade como um problema intimamente articulado com o processo de globalização e da expansão do capitalismo digital que está a transformar as estruturas profundas do sistema social e a divisão internacional do trabalho. Portanto, a necessidade de uma maior abundância de elementos teóricos e fontes de dados que contribuam para uma visão holística consolidada desse fenómeno cresce progressivamente, aumentando a sua visibilidade.

O projeto LATWORK abordou dois focos de interesse fundamentais. Por um lado, a integração de abordagens teóricas que contribuem para consolidar e coordenar as diferentes visões sobre as singularidades da informalidade na América Latina. E, por outro, a necessidade de identificar, definir e desenvolver estratégias metodológicas, disponibilidade de dados e informações que possibilitem estabelecer onexo dos modelos teóricos com a dimensão empírica. Por isso, essa abordagem inclui a articulação entre estudos científicos sobre relações de trabalho – produzidos por diversas Instituições de Ensino Superior (IES) de cada país – e os mercados de trabalho dessas regiões.

Na primeira fase do projeto, levantou-se a questão de como os principais atores da investigação interpretam e definem a informalidade como objeto de conhecimento e como ela deve se situar no quadro geral da investigação dentro do ambiente universitário. Para isso, considerou-se essencial identificar o grau ou nível de consenso em torno dessas questões, uma vez que, como já referido, uma das principais dificuldades decorre das características próprias da informalidade em cada contexto. Em seguida, concentramos-nos em delinear o problema de investigação do nível de heterogeneidade que pode ser observado entre os três países latino-americanos que fazem parte do consórcio do projeto.

3.1. Análise comparativa: Brasil, Argentina e Chile

Abordagem analítica

As medições realizadas pelos operadores internacionais em relação à informalidade apresentam diferenças significativas. No entanto, verificamos que as diferenças são determinadas pela aplicação de métodos de medição heterogêneos a realidades heterogêneas. Por exemplo, no caso do Chile, se consultarmos os dados fornecidos pela OIT com base no Inquérito à Força de Trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Estadísticas (INE), verificamos que para o ano de 2017 o rácio de informalidade é de 64,7%, registando uma queda drástica para 29,2 % em 2018 (valor que permanece aproximadamente o mesmo em 2019), situação que provavelmente está mais relacionada com critérios estatísticos do que com uma redução efetiva de empregos informais. Por outro lado, os dados oferecidos para a Argentina são constantes, de acordo com a OIT e com base nos dados da EPH (Pesquisa de Domicílios Permanentes) do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), numa faixa estável dentro dos extremos de 46,8% e 49,4% entre os anos 2010 e 2019. O caso do Brasil é semelhante, com números divulgados pela OIT, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estão entre 44,1% e 49,7% entre os anos de 2011 e 2019.

Uma importante fonte de variação nas taxas de trabalho informal pode ser devido a mudanças metodológicas no procedimento de registros estatísticos e na definição de parâmetros. Este facto pode ser controlado tecnicamente uma vez que os operadores estatísticos normalmente justificam e publicam as definições e o desenho, versões e adaptações das suas metodologias. No entanto, um problema de maior dificuldade decorre da própria conceptualização da informalidade e de outros tipos de definições de atividade produtiva que vão além da definição do parâmetro estatístico para a sua medição. É o caso da variação dos critérios de registro de empresas que são seguidos de acordo com os países, de forma que uma empresa registrada no setor formal num país pode não atender aos requisitos noutros. Assim, os dados e estimativas dos trabalhadores dos setores formal e informal revelam-se evidências inadequadas para realizar uma análise comparativa ou mesmo um cálculo do total de uma região. De qualquer forma, são variações metodológicas e operacionais que costumam ser descritas nos resultados da investigação, e a natureza da heterogeneidade dos resultados pode ser determinada para que seja levada em conta no processo interpretativo.

O quadro do estudo de análise de necessidades realizado na primeira etapa do projeto LATWORK foi especialmente criado para captar e mapear a heterogeneidade do significado da informalidade laboral. A amostra de investigadores e docentes latino-americanos que participaram na análise qualitativa e quantitativa mostrou diferenças significativas quanto à ideia de informalidade laboral, bem como sobre os usos de procedimentos de medição e as possíveis aplicações dos resultados da investigação em termos de formulação de políticas.

Com base nessas diferenças, realizamos uma análise discriminante para verificar se os países beneficiários do projeto ocupam espaços distintos, onde os investigadores devem posicionar-se nos seus estudos ao se focarem nas nuances conceituais específicas do significado de trabalho informal que melhor correspondem a situações seletivas do mercado de trabalho informal.

Metodologia

A partir de uma triangulação metodológica que combinou uma sequência qualitativo-quantitativa no mesmo estudo, foi definido um instrumento de medida usando uma escala Likert para capturar as dimensões mais importantes dos problemas e lacunas que os latino-americanos consideram necessário abordar para desenvolver um estudo sobre trabalho informal na Universidade.

Primeiro, foram realizados dois grupos focais com investigadores latino-americanos vinculados ao projeto na Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais – CES) e na Universidade de Aberdeen (Centre for European Labour Market Research – CELMR), com o objetivo de determinar as dimensões a serem medidas. Uma vez determinadas, estas foram distribuídas entre as universidades latino-americanas, onde os grupos focais foram reproduzidos para definir os indicadores para cada uma das dimensões.

Posteriormente, foi desenvolvido um questionário online que coletou os indicadores. Este questionário foi distribuído entre investigadores da América Latina pertencentes a instituições de investigação e universidades. Um total de 312 questionários foram preenchidos, permitindo a medição de dimensões e indicadores operacionalizados. A seguir, apresentamos um estudo comparativo que reflete as diferentes realidades em torno da informalidade e a heterogeneidade de necessidades relacionadas ao processo de pesquisa regional que surgem em cada país. Consideramos que o diagnóstico desta heterogeneidade é um dos desafios que o projeto enfrenta ao estabelecer metodologias que incluam frameworks holísticos, pelo que os resultados obtidos neste primeiro estudo merecem a atenção principal que deve ser transferida tanto interna como externamente ao projeto.

Resultados: Desafiando a operacionalização

A análise dos dados qualitativos e quantitativos mostrou que há uma ampla gama de nuances na práxis da investigação aplicáveis ao significado de informalidade, abrindo o escopo do estudo a diferentes disciplinas e inspirações teóricas. No entanto, há uma correlação significativa dessas nuances com o contexto geográfico, o desenvolvimento histórico da economia e o papel que o país desempenha na divisão internacional do trabalho.

Por exemplo, no caso da Argentina, os investigadores destacam o facto de a consolidação da informalidade no mercado de trabalho ter uma linha de partida consensualmente estabelecida na década de 1980, tornando-se um fenómeno estrutural que se vem aprofundando em períodos de crise, pois funciona como um “abrigo” face ao desemprego. No entanto, o auto-emprego, bem como outros tipos de acordos de trabalho na Argentina têm sido estudados e conhecidos não necessariamente como uma reação automática ou como uma realidade de trabalho estoicamente aceite pelos trabalhadores como resultado das crises económicas, mas às vezes como uma oportunidade de mudar para uma situação desejada, (Busso, 2010, p. 130-133). Por outro lado, investigadores brasileiros concentram seu interesse em analisar o papel dos sindicatos na organização dos trabalhadores informais e precários, dando atenção especial a, pelo menos, duas questões críticas. Por um lado, os antecedentes da organização social do trabalho que historicamente demonstraram um fraco desenvolvimento estrutural decorrente do fracasso sistemático na implementação do Estado de Bem-Estar Social. E, por outro, o desafio de enfrentar a dinâmica globalizante da divisão internacional do trabalho que empurra as economias periféricas e semiperiféricas a difundir a lógica da informalidade, particularmente preocupante quando se dá em contexto laboral de trabalhadores pouco organizados, como é o caso do Brasil (Véras de Oliveira, 2019). Finalmente, no caso do Chile, os pesquisadores orientam-se para o estudo da informalidade como significado da própria precariedade. Blanco e Julián (2019), distinguem nove tipologias de precariedade no Chile, muitas delas analisadas escrupulosamente em termos de informalidade e suas características multidimensionais que são identificadas como alvos para atingir a formalização.

A análise realizada no âmbito do projeto LATWORK foi bem-sucedida em determinar de que forma as abordagens específicas que podemos encontrar na revisão da literatura se correlacionam sistematicamente com a perspectiva dos investigadores consoante o seu país. No entanto, a interpretação desta correlação não é produzida apenas a nível estatístico. Cada um dos cem itens que foram identificados como o desafio científico mais importante para reforçar a atividade de investigação no campo do trabalho informal são alinhados seletivamente e logicamente ligados ao esquema de interesse identificado na revisão da literatura. Por exemplo, a comunidade académica no Brasil está mais disposta a atribuir importância a atores sociais como sindicatos, agentes locais e regionais, pois estão a considerar instituições-chave com o objetivo de organizar os trabalhadores e, claro, mitigar os impactos da práxis neoliberal extrema de Bolsonaro. No caso dos investigadores argentinos, encontramos um desvio para o nível institucional em âmbito nacional. E, finalmente, no caso do Chile, a ênfase está voltada para as próprias instituições de investigação.

Considerações finais

A globalização e o neoliberalismo criaram novos contextos para as economias mais fracas que ocupam uma posição periférica ou semiperiférica no sistema-mundo. O resultado tem sido, por um lado, a limitação da capacidade em reter valor acrescentado na cadeia produtiva e, por outro, o aumento exponencial das desigualdades resultantes da exploração crescente dos baixos custos do trabalho, mesmo quando se assume que as camadas mais baixas das sociedades periféricas viram a sua posição ser melhorada à medida que a fome e a miséria são reduzidas.

Por outro lado, como tem sido argumentado ao longo desta contribuição, as relações Norte-Sul podem assumir diversas formas, dependendo das diferentes características históricas e socioculturais de cada região ou país. As relações dos dois países ibéricos com as ex-colónias também envolvem especificidades próprias, tão específicas quanto foram os próprios processos de descolonização, mesmo quando nos referimos ao caso das ex-colónias sul-americanas. Também no que se refere ao sistema-mundo no contexto de longos ciclos históricos, a condição de semiperiférica alterou-se ao longo dos séculos, tanto para Portugal como para Espanha. Sempre evoluindo segundo uma lógica de assimetrias dinâmicas em diferentes escalas geográficas, o posicionamento dos países ibéricos na Europa e, por outro lado, o posicionamento da Europa (inclusive através deles) no xadrez internacional obedece a essa mesma lógica de geometria variável.

Nesta abordagem, procedemos a um olhar reflexivo e crítico centrado nas assimetrias de poder e, ao mesmo tempo, nas formas de cooperação entre as periferias e o centro, ou entre o Sul e o Norte, estando um e outro – como sublinhado por Boaventura Santos (2021, Febrero 28) – para além das latitudes geográficas, pois trata-se, sobretudo, de desequilíbrios e interdependências de poder económico e político. Foi nesta perspectiva que questionámos as tendências recentes de mudança e segmentação no âmbito laboral, procurando estabelecer um paralelismo entre a sua condição periférica de países do Sul da Europa e o seu papel de veículos privilegiados para uma possível cooperação bilateral (ou multilateral) com o Países sul-americanos, as suas ex-colónias. Justamente por acreditarmos que nos interstícios do sistema há espaço para reverter – ou pelo menos mitigar – as consequências nefastas tanto do colonialismo quanto do neoliberalismo, o projeto LATWORK revela potencialidades para oferecer ferramentas apropriadas para esse objetivo. O conhecimento e as experiências de cooperação académica e científica com instituições latino-americanas, acumuladas ao longo de décadas pelos centros de investigação que integram este consórcio (envolvendo 12 IES de ambos os lados do Atlântico), constituem um importante capital capaz de favorecer o desenvolvimento de diagnósticos, análises e projetos de intervenção dotados de sentido crítico e alcance prático.

Os desafios enfrentados pela investigação sobre o trabalho mudam a um ritmo vertiginoso imposto pelas transformações tecnológicas que sustentam a expansão da economia digital e globalizada. Novos conceitos de trabalho surgem à medida que a divisão do trabalho se transforma. A perda da capacidade de gerar trabalho regulado e “decente” (de acordo com a definição da OIT) como principal fonte de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social é a principal limitação. Contudo, além da criação de estruturas fundamentalmente no campo da estatística e da produção de dados, outros movimentos transnacionais organizam-se e estruturam-se o suficiente para garantir a ruptura com os localismos que tendem a reinterpretar o problema globalizado do trabalho informal como uma questão fundamentalmente interna.

Um dos objetivos sociológicos mais relevantes, portanto, consiste não apenas em explicar a natureza desse processo, mas também em redefini-lo para ser identificado como uma das principais fontes de sustentabilidade e reprodução do neoliberalismo expansionista e, especialmente, das desigualdades internacionais que têm efeito direto na dimensão local. No campo da sociologia, as correntes reflexivas tendem a demonstrar que, em relação às realidades locais – no nosso caso, aquelas caracterizadas pela prevalência do trabalho informal e da economia – as explicações emergem da interação com a cultura, da qual é possível derivar quadros interpretativos que permitem romper com o processo de globalização como causa de informalidade e precariedade. A incerteza e o risco não podem ser controlados com base em processos ou dinâmicas que estão fora do alcance direto, como o desenvolvimento tecnológico. Assim, a sociologia tem vindo a interessar-se em questionar como os atores acabam por assumir estoicamente a informalidade como consequência da natureza do ambiente imediato e das necessidades primárias.

As atuais tendências de inovação tecnológica e digitalização rápida, cujo impacto devastador na destruição de empregos tem sido sublinhado, podem, no entanto, oferecer novos meios para a reconversão das condições de trabalho nos países latino-americanos. O combate ao trabalho informal segue as linhas do combate às vulnerabilidades, pobreza e exclusão. Mas para que tal empreitada tenha resultados, é importante questionar, indagar e reforçar o papel e o diálogo entre o Estado e as instituições públicas – especialmente as IES – e os agentes económicos (o enquadramento empresarial de cada região) para que a luta pelo trabalho decente e direitos seja também uma luta pelo desenvolvimento e justiça social nos países do Sul. O projeto LATWORK não oferece soluções, mas, na encruzilhada em que se encontram hoje a Europa e a América Latina, abre possibilidades e oferece recursos à disposição dos atores das futuras mudanças socioeconómicas.

Referências

Amarante, V., & Arim, R. (Eds.) (2015). *Desigualdad e informalidad: un análisis de cinco experiencias latinoamericanas*. [Libros de la CEPAL, n. 133], Comisión Económica para América Latina y el Caribe. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37856>

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.

Blanco, O., & Julián, D. (2019). A typology of precarious employment for Chile: Precariousness as a cross-class phenomenon. *CEPAL Review*, (129), 91–128. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45411?locale-attribute=en>

Braga, R. (2019). Return to class struggle without class? Moral economy and popular resistance in Brasil, South Africa and Portugal. *Sociology and Anthropology*, 09(02), 469–493. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v926>

Brito, M. M. A. de. (2014). *A dependência na origem: Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. (Tese, Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02102014-182644/>

Busso, M. (2010). Las crisis y el trabajo informal en la Argentina (o de cómo las crisis socio-económicas permean lugares de trabajo "atípicos"). *Revista Atlántida* (2), 125–138. https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11291/pr.11291.pdf

Cabral, M. V. (1983). *Proletariado: o nome e a coisa*. A Regra do Jogo.

Cardoso, F. H. (1960). Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. *Revista Brasiliense*, (28), 31–46.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2012). Cambio estructural para la igualdad: Una visión integrada del desarrollo. Trigésimo cuarto período de sesiones de la CEPAL (Síntesis). <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13534>

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), & Organización Internacional del Trabajo (OIT) (2019). El futuro del trabajo en América Latina y el Caribe: antiguas y nuevas formas de empleo y los desafíos para la regulación laboral. [Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe, n. 20], Santiago. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44604-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-futuro-trabajo-america-latina-caribe>

Dörre, K. (2019). "Take back control!" Marx, Polanyi and Right-Wing populist revolt. *Österreichische Zeitschrift Für Soziologie*, 44(2), 225–243. <https://doi.org/10.1007/s11614-019-00340-9>

Estanque, E. (2015). *Classe média e lutas sociais: Ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil*. Editora da Unicamp.

Estanque, E., & Climent, V. (2021). Labor and informal work in North-South relations: a study on Iberian countries and Latin-America. *Tempo Social*, 33(2), 209–229. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.184177>

Estanque, E., Costa, H., Fonseca, D., & Silva, M. C. (2020). *Trade union powers: Implosion or reinvention?* Cambridge Scholars Publishing.

Farias, S. K., & Costa, G. S. (2020). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital [resenha do livro de R. Antunes]. *Novos Cadernos NAEA*, 23(2), 289–299. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i2.8518>

Furtado, C. (1968). *Formação econômica do Brasil* (8. ed.). Companhia Editora Nacional.

Guimarães, N., Marteleto, L., & Brito, M. M. A. de (2018). *Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho: padrões e determinantes*. (Col. Trabalho Decente e Juventude). OIT-Brasil. https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_748393/lang--pt/index.htm

Huws, U., Spencer, N. H., & Coates, M. (2019). *The platformization of work in Europe: Highlights from research in 13 European countries*. Foundation for European Progressive Studies (FEPS), UNI Europa/ University of Hertfordshire. <https://feps-europe.eu/wp-content/uploads/2019/07/The-platformisation-of-work-in-Europe.pdf>

International Labor Office (ILO) (2013). *Global Employment Trends 2013: Recovering from a second jobs dip*. https://www.ilo.org/global/research/global-reports/global-employment-trends/2013/WCMS_202326/lang--en/index.htm

Krein, J. D., Santos, A. L. dos, & Nunes, B. T. (2011). Balanço do governo Lula: avanços e contradições. *Revista ABET*, 10(2), 30–55. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15599/8913>

Mattos, F. A. M. de, Hallak Neto, J., & Proni, M. W. (2021). Utopias reais na América Latina e distribuição de renda no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (124), 131–156. <https://doi.org/10.4000/rccs.11605>

Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), & World Bank (2012). *Promoting inclusive growth: Challenges and policies*. Edited by L. de Mello and M. A. Dutz. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264168305-en>

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) et al. (2019). *Perspectivas Económicas de América Latina 2019: Desarrollo en transición*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/g2g9ff1a-es>

Plastimo, E., Zuppolini, M., & Govi, M. (2018). *América Latina: Competências para o trabalho na era das máquinas inteligentes*. Accenture Research. https://www.researchgate.net/publication/341899931_America_Latina_Competencias_para_o_trabalho_na_era_das_maquinas_inteligentes

Polanyi, K. (1944). *The great transformation: The political and economic origins of our time*. Farrar & Rinehart.

Rodríguez, O. (1977). *Estudio sobre el pensamiento de la Cepal (1948/1954)*. Instituto Latino-Americano de Planificación Económica y Social.

Rodríguez, O. (2009). *O estruturalismo latino-americano*. Civilização Brasileira.

Santos, B. de S. (2018). *The end of the cognitive empire: The coming of age of epistemologies of the South*. Duke University Press.

Santos, B. de S. (2020). A new vision of Europe: Learning from the Global South. In B. S. Santos, & J. M. Mendes (Orgs.), *Demodiversity: Toward post-abysal democracies* (pp. 31-53). Routledge.

Santos, B. de S. (2021, Fevereiro 28). Desmercantilizar, descolonizar y despatriarcalizar. *El País*. <https://alice.ces.uc.pt/teste/?lang=1&id=34008>

Schumpeter, J. (2012[1911]). *Teoria do desenvolvimento económico*. F. C. Gulbenkian.

Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, (85), 83-102. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>

Stalker, P. (1986, December). Street wise. *New Internationalist*.

Standing, G. (2011). *The precariat: the new dangerous class*. Bloomsbury.

Tavares, M. C. (2019). Transformações no modelo de desenvolvimento na América Latina. In H. P. de Melo (Ed.), *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. Fundação Perseu Abramo.

Thompson, E. P. (1978). *Tradição, revuelta y consciência de classe*. Editorial Critica.

Véras de Oliveira, R. (2019). *Crisis and social regression in Brazil. A new moment of the social question*. Springer.

Wallerstein, I. (1974). *The modern world-system* (vol. I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century). Academic Press.

Wallerstein, I. (1980). *The modern world-system* (vol. II: Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750). Academic Press.

World Economic Forum (WEF) (2016). *The future of jobs: Employment, skills and workforce strategy for the Fourth Industrial Revolution*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs.pdf

Recebido em 26 de agosto de 2022.

Revisado em 23 de janeiro de 2023.

Aprovado em 07 de abril de 2023.